



DESENVOLVIMENTO REGIONAL: POSSIBILIDADES DE UMA ABORDAGEM TERRITORIAL PARTICIPATIVA

Pamela Cichoski, Mestre em Extensão Inovadora e Desenvolvimento Rural Sustentável, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Luiz Fernando Rankel, Mestre em História, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Antônio Carlos Mazzetti, Mestre em Desenvolvimento Regional, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Marlize Rubin-Oliveira, Doutora em Educação, Professora Associada do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Resumo: No presente texto buscamos refletir sobre o desenvolvimento regional, considerando a abordagem territorial, dentro de um recorte participativo, à luz da perspectiva decolonial. Nosso objetivo é refletir processos de transformação do território em região, com foco na formação de redes entre municípios, podendo estas serem conflitivas e/ou cooperativas, considerando processos históricos, sociais, econômicos e políticos que permeiam símbolos e significados culturais, relações de poder e de resistências entre sujeitos e lugares. Partimos da premissa que um território pode ser regionalizado em virtude desses processos, com ritmos distintos de desenvolvimentos. A pesquisa de cunho bibliográfico e de revisão se desenvolveu a partir da análise dos temas propostos (território-região-desenvolvimento-decolonialidade). Por fim, a metodologia IAP (Pesquisa-Ação-Participativa) é apresentada como uma opção de intervenção firmada na práxis popular, voltada para o lugar, os ecossistemas e para as pessoas, respeitando singularidades e diferenças regionais. Concluimos que a IAP pode ser uma metodologia contra-hegemônica adequada aos estudos de desenvolvimento regional e de território, sob uma perspectiva decolonial.

Palavras-chaves: Desenvolvimento. Região. Território. Decolonialidade. Pesquisa-Ação-Participativa.



Introdução

Desde que a ideia de progresso se estabeleceu na cultura política europeia, ao final do século XVII e principalmente ao longo do século XVIII com a contribuição da economia política, as relações humanas também não cessaram de ser avaliadas sob a ótica do progresso econômico, social, cultural, político e finalmente biológico, já no século XIX. O uso de narrativas históricas de um passado glorioso como justificativa política do presente mostrou-se prolífico. Entre literatos e cientistas as glórias dos Estados modernos foram sendo construídas e transformadas em um passado comum que demonstrasse sua imagem de promotor do progresso e civilidade.

Esta perspectiva evolutiva da história é tributária de um mito do progresso criado na/pela modernidade/colonialidade. Entendemos haver uma continuidade entre as noções de progresso e civilização constituídas no pensamento europeu moderno, nos séculos XVIII e XIX, e a ideia de desenvolvimento econômico, característica das economias do sistema-mundo-moderno no pós-Segunda Guerra Mundial.

Buscamos neste artigo realizar um exercício de análise do desenvolvimento regional, a partir de uma abordagem territorial, dentro de um recorte participativo e à luz da perspectiva decolonial. Nosso objetivo está centrado no processo de transformação do território em região, com o foco na formação de redes entre municípios, podendo estas serem conflitivas e/ou cooperativas, considerando processos históricos, sociais, econômicos e políticos que permeiam símbolos e significados culturais, relações de poder e de resistências entre sujeitos e lugares.

Consideramos ser igualmente importante entender conformações históricas, assim como dar atenção à novas leituras de território, região e desenvolvimento, considerando sujeitos, movimentos, identidades e sistemas que configuram relações sociedade-natureza, a partir de uma perspectiva popular e decolonial. Entender conformações históricas nos leva compreender as bases sob as quais foram assentadas nossa realidade, enquanto nova leituras abrem possibilidades outras de se ressignificar tal realidade, através de resistências e re-existências do Sul em direção a alternativas à modernidade/colonialidade.

Partimos da premissa que um território pode ser regionalizado em virtude desses processos, com ritmos mais ou menos intensos de desenvolvimento. Nosso estudo foi bibliográfico e de revisão, pois a partir da análise dos conceitos propostos (território-região-desenvolvimento-decolonialidade), buscamos apresentar a metodologia IAP (Pesquisa-Ação-Participativa) como uma opção de intervenção firmada na práxis popular, voltada para o lugar, os ecossistemas e para as pessoas, respeitando as singularidades e diferenças regionais.



Para tanto, este texto foi dividido em três momentos de reflexão e análise do tema proposto; I - abordamos o tema do desenvolvimento e da região, fazendo uma análise histórica e um recorte para a realidade latino-americana e a formação das forças de dependência e atraso estrutural, características da condição de subdesenvolvimento; II - em seguida discutimos o desenvolvimento territorial sob a ótica regional, analisando os processos de regionalização do território, a partir da formação das redes de cooperação e solidariedade, aproximações culturais-identitárias e relações de poder, assim como propomos uma opção metodológica de participação social denominada de Pesquisa-Ação-Participativa (IAP); e; III - apresentamos nossas considerações finais e alguns questionamentos que podem motivar estudos futuros.

Desenvolvimento e região

Para a crítica à narrativa de desenvolvimento da modernidade eurocentrada, buscamos o arcabouço teórico decolonial que parte do lugar epistêmico geo/corpo-político da colonialidade. Nesta abordagem uma das premissas metodológicas (GROSFUGUEL, 2008) é o tensionamento do paradigma moderno/colonial da ciência ocidental e do seu mito de neutralidade, no qual o sujeito enunciador se encontra desvinculado do lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero. Para o autor, a questão inicial metodológica e epistemológica da perspectiva decolonial é o *locus* da enunciação, posto que todo conhecimento é epistemicamente situado. Esta perspectiva é fundamental para se fazer a crítica à razão colonial e aos postulados inerentes ao pensamento moderno/colonial, entre eles a ideia de desenvolvimento vinculada ao crescimento econômico que tem guiado as políticas econômicas, sociais e o imaginário dos povos que foram colonizados e que mantiveram em sua estrutura os traços decisivos daquilo que Quijano (2005) denominou *colonialidade do poder*.

A forma moderno/colonial de pensar o tempo e consequentemente a história foi impactada pela invasão e colonização do continente que viria a ser chamado de América. O contato com o *outro*, o estranhamento em relação às diferentes teogonias, cosmologias e formas de se relacionar com a natureza e consigo próprio foi um elemento fundamental na composição do pensamento racional moderno em suas diversas matizes. A partir de então a noção de progresso expressa na linearidade de tempo evolutivo, técnicas e tecnologias que seriam o parâmetro para classificar as diferentes populações recém “descobertas” no mais baixo grau de evolução, como primitivos e selvagens à espera da civilização (MIGNOLO, 2017).



Para os objetivos aqui propostos, o exercício reflexivo em torno do desenvolvimento regional, passa necessariamente pela compreensão da ideia de progresso. Partimos do pressuposto de que a noção de progresso é uma ideia que nasceu do racionalismo moderno, em autores como Descartes, Bacon, Newton, Adam Smith, David Hume, entre outros. No século XVIII o ideário iluminista se estende a vários campos do conhecimento, das ciências naturais às nascentes ciências sociais (ARON, 2008). No século XIX o positivismo foi a máxima expressão do ponto de vista epistemológico que permeou as ciências naturais e sociais. Outras narrativas se sucederam ao longo do século XX e tiveram grande impacto nas políticas de desenvolvimento econômico, como o keynesianismo nos EUA, a partir da crise de 1929. Este modelo de desenvolvimento econômico e social foi replicado em todo ocidente, principalmente no pós-Segunda Guerra, gerando um *boom* de crescimento econômico em vários países. A crise do petróleo de 1973 derrubou o modelo keynesiano e levou à adoção de outro modelo de desenvolvimento, o neoliberalismo. Segundo Harvey (2005), neoliberalismo é um fenômeno social, político, cultural e comportamental que emergiu na segunda metade do século XX como uma massiva estratégia de classe, que tem suas bases nas teses do liberalismo clássico.

Manteve-se a narrativa de uma ontologia hegemônica que se instaura baseada em uma ideia de natureza humana universal, do indivíduo “empresarial”, de um regime de propriedade privada, de um Estado garantidor do livre mercado e da competição. Prosseguiu, portanto, a narrativa essencial do progresso e da civilização nascida na modernidade europeia e reafirmada de tempos em tempos de acordo com as crises do sistema capitalista como modelo idealizado de desenvolvimento.

É após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que Escobar (2014) localiza com maior ênfase o discurso do desenvolvimento. A ideologia liberal, renovada após ter passado por desafios durante as primeiras décadas do século XX, se propunha a um novo e arrojado propósito de criar as condições para reproduzir de forma global, inclusive nos países ditos subdesenvolvidos, as características das sociedades mais avançadas: “[...] *altos niveles de industrialización y urbanización, tecnicación de la agricultura, rápido crecimiento de la producción material y los niveles de vida, y adopción generalizada de la educación y los valores culturales modernos*”(ESCOBAR, 2014, p. 49).

O fracasso nazista pôs em questão a ideia de raça que gradativamente foi sendo substituída por etnia¹, e os países são submetidos a classificações. A hierarquia não era mais

¹ Não menos problemática, já que se refere fundamentalmente aos povos colonizados da América Latina e Caribe, África e Ásia, não se chama europeus nem norte-americanos de grupo étnico. Apesar de que, os aspectos biologizantes são retirados do discurso étnico, a ênfase passa a recair nos aspectos culturais. Ler mais em QUIJANO, Anibal. “Raza”, “etnia” y “nación” en Mariategui: cuestiones



entre civilizados e selvagens, mas entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. A ideia de progresso, assentada na busca dos países do terceiro mundo pelo modelo de desenvolvimento europeu/estadunidense, passa a ser vista como um problema central, levando-os a submeterem suas sociedades às mais diversas intervenções externas (ESCOBAR, 2014).

A medida que los expertos y políticos occidentales comenzaron a ver como problema ciertas condiciones de Asia, África y Latinoamérica – en su mayor parte lo que se percibía como pobreza y atraso – apareció un nuevo campo del pensamiento y de la experiencia llamado desarrollo, todo lo cual desembocó en una estrategia para afrontar aquellos problemas. Creada inicialmente en Estados Unidos y Europa occidental, la estrategia del desarrollo se convirtió al cabo de pocos años en una fuerza poderosa en el propio Tercer Mundo (ESCOBAR, 2014, p. 52).

Na América Latina, o ideal de progresso e civilização encontrou diversas barreiras devido a vicissitudes da realidade política, social e econômica local, que seriam largamente debatidas pelos pensadores no século XIX, tanto no sentido de estabelecer o lugar de cada um nesse processo (brancos, negros, indígenas, mestiços) com suas características inatas, quanto no sentido de apontar a inevitabilidade e linearidade do processo histórico. Os aspectos epistemológicos locais foram silenciados e desconsiderados, prevalecendo a racionalidade moderna/colonial imposta pelo Norte/Europa/Ocidente e assimilada pela maioria dos países latino-americanos.

Para Quijano (2011) o desenvolvimento é um paradoxo eurocêntrico que mantém a modernidade e não permite a descolonialidade. A promessa de desconcentração e redistribuição do controle do capital industrial, após a segunda Guerra Mundial, não se concretizou. Segundo o autor, conflitos de interesse sócio-políticos surgiram e trouxeram com eles outras categorias: de um lado, desenvolvimento, subdesenvolvimento, modernização, marginalidade, participação; de lado oposto, imperialismo, dependência, marginalização e revolução. O fato é que, com a colonialidade, a periferia continua a sofrer a dependência histórico-cultural, a exploração e dominação. Mesmo o debate do tema, apesar de intenso, ainda está preso à hegemonia eurocêntrica.

Os Estados periféricos, desde meados do século XX, vêm construindo ideologias de identidade, soberania e desenvolvimento nacionais que levam a uma ilusão de independência, desenvolvimento e progresso (GROSGUÉL, 2008). Segundo o autor, são projetos desenvolvimentistas obsoletos no atual quadro de economia-mundo, onde ainda persiste um sistema de dominação e exploração em escala mundial, em que a hierarquia étnico-racial

abiertas. In: PALERMO, Z e QUINTERO, P. Compiladores. Anibal Quijano. Textos de fundación. Colección El desprendimiento. Buenos Aires, Ed. del Signo, 2014.



global integra a divisão internacional do trabalho e o conhecimento científico se centrou no ocidente e fez deste o modelo único e universal a ser seguido.

Para Brito, Butzke e Theis (2018, p. 52), o “Primeiro Mundo” inventou classificações e se colocou na parte privilegiada dentre elas enquanto “a teoria e prática do desenvolvimento regional na América Latina, em grande medida, vem reforçando o imaginário da modernidade ocidental”. Ao replicar a racionalidade imposta, o desenvolvimento de um país ou região não tem liberdade, nem autonomia adequadas, antes está atrelado a um padrão de poder. Os autores veem o pensamento social regional, enfoques decoloniais e pós-coloniais como possibilidades de pensar a América Latina a partir dela mesma. Afirmam que há uma realidade criada que nos foi imposta e a tomamos como nossa, ao passo que é preciso desconstruí-la para que seja criada outra nova e nossa. É preciso romper com, e a partir das, experiências das pessoas, que compõem a população da periferia; superar os modelos de Estado-nação que dão as costas a elas; romper com as relações de dominação e exploração em todas as escalas – local, regional, nacional, continental e internacional.

Para além do ponto de vista eurocentrista, Escobar (2007) apresenta outra conceituação de modernidade que: I - tem origem na conquista da América e no controle do Oceano Atlântico; II - se constitui a partir do colonialismo; III - exige uma perspectiva global e não apenas europeia para ser explicada; IV - implica na dominação do outro e na subalternização dos conhecimentos e culturas outras, e; V - impõe o eurocentrismo como única forma de conhecimento. Essa mudança de perspectiva na interpretação de conceito, altera a forma como percebemos o desenvolvimento econômico, entendendo-o como uma categoria imposta pela modernidade/colonialidade, num processo de longa duração que se inicia no período colonial e se perpetua ao longo da colonialidade. Mantém-se a trama fundamental do desenvolvimento como um processo linear de etapas a serem seguidas rumo ao modelo europeu e norte americano.

De forma semelhante, Porto-Gonçalves (2006) questiona o conhecimento eurocêntrico imposto como único e universal, afirmando que assim como os territórios, também os saberes são múltiplos e diversos. Deslocando o lugar de enunciação, tais saberes/conhecimentos podem e devem dialogar de forma global, de modo que todos podem ser igualmente universais. Para Radomsky (2011), emergem críticas propositivas ao desenvolvimento e à modernidade a partir de estudos subalternos e pensadores pós-estruturalistas e pós-coloniais. A perspectiva decolonial, característica e originária da América Latina, entende que o moderno não pode ser explicado pelo desenvolvimento intra-europeu, vez que este tem no colonialismo seu elemento fundante. Segundo o autor, portanto, os autores decoloniais



associam a modernidade à colonialidade e buscam dar visibilidade ao que esta silencia: as alternativas à modernidade e ao desenvolvimento eurocêntrico.

Para Theis e Galvão (2012), as noções de dimensão de espaço, território e região trazem mais efetividade às políticas públicas, quando considerados o território, as ações do Estado e da classe dominante e as relações de poder.

Com efeito, é colocando sob a lupa a dimensão territorial do processo de desenvolvimento brasileiro que se pode alcançar um entendimento de como as diversas frações da classe dominante vêm exercendo sua hegemonia; de como as elites vêm operando nas diversas escalas do território, com vistas à preservação de seus interesses e privilégios; de como mudanças sociais de caráter emancipatório podem ser exitosas (THEIS e GALVÃO, 2012, p. 66).

Nesse sentido, o desenvolvimento regional a partir da dimensão territorial, da conformação dos arranjos e sistemas territoriais, das redes de cooperação e desenvolvimento, assim como pela relação sociedade-natureza que se configura no espaço, dando singularidade às regiões e determinando o movimento de desenvolvimento socioeconômico, apresentam-se como uma alternativa de transformação social a partir de uma práxis popular, por ser a base do vivido, do cotidiano. É no território que os processos sociais acontecem, que as relações de poder ditam os ritmos do crescimento econômico, é onde também os movimentos de resistência se configuram e se fortalecem. Desse modo, propomos a reflexão desse processo a partir de uma perspectiva que parte da Pesquisa-Ação-Participativa (IAP) como uma opção de valorização de sujeitos, de territórios e de regiões, conforme abordamos na sequência.

Território, região e participação social

Para conceber e concretizar o desenvolvimento territorial no âmbito regional, precisamos ter clareza de como estamos entendendo o território e a região, e como percebemos processos de regionalização dos territórios, a partir da nossa leitura sobre o desenvolvimento, considerando o viés decolonial. Nossa abordagem parte do conceito de território a partir de uma perspectiva multidimensional, transescalar e transtemporal, pois o território é produzido histórica e socialmente, com relações de poder, diferentes redes e identidades intimamente relacionadas com a natureza (SAQUET 2007, 2009, 2017). O território, portanto, contém heterogeneidades, complexidades, conflitos, disputas e redes de cooperação e desenvolvimento que podem ser regionalizadas e qualificadas a favor da população e da conservação ambiental.

Nas relações sociais, econômicas, políticas, culturais-religiosas e identitárias, o território configura-se por meio da materialização das subjetividades e das projeções do sujeito de forma individual e coletiva, com a mediação de técnicas e tecnologias, impactando



o espaço de diferentes maneiras e intensidades. Nesse processo de interações, as pessoas constroem suas identidades, que caracterizam os territórios com diferentes articulações e redes. Por isso, concordamos com Raffestin (1993), quando afirma que o espaço é anterior ao território e, ao mesmo tempo, é formado historicamente a partir dele, porque contém ações humanas que territorializam o espaço. É neste sentido a afirmação de Saquet (2007, p. 160):

Estamos no território, construímos o território e somos o território, de maneira processual-relacional. As relações/interações da economia-política-cultural-natureza são múltiplas, complexas, heterogêneas e estão em unidade, em cada período, momento e lugar ou, em cada relação espaço-tempo; são territorializadas e fluídas, em um mesmo território ou entre territórios diversos.

O território caracteriza-se por relações fluidas, afetivas e de pertencimento, reconhecimento e proximidade, sentimentos de confiança e solidariedade, mas também de conflitos e contradições que se originam da vida cotidiana dos sujeitos dos campos e das cidades. Coexistem, portanto, diferentes relações e comportamentos, objetivos e metas no ato e processo de recriar a realidade, de modificar os espaços e configurar os territórios, determinando a existência humana numa unidade dialética que envolve o homem e o mundo a sua volta, em diferentes níveis escalares (SAQUET, 2017). Neste sentido, as relações de poder contidas no território potencializam a formação de redes, sejam de circulação ou de informação, congregando a movimentação de pessoas, saberes, experiências, mercadorias etc.

Outrossim, a territorialização reflete a “multidimensionalidade” do vivido pelos sujeitos no território, no qual existe um processo de coexistências de experiências de apropriação e transformação territorial que precisam ser analisadas a partir do contexto social e histórico e espaço-temporal em que foram criadas (RAFFESTIN, 1993). Isso significa que, de maneira geral, as pessoas formam diferentes relações e redes, sejam elas locais, regionais, nacionais e internacionais, bem como estão inseridas em distintas áreas ou regiões, normalmente definidas no âmbito político-administrativo, das políticas públicas de desenvolvimento ou por meio da atuação de algum órgão de planejamento e regionalização do território brasileiro.

Território e região possuem uma forte ligação, pois coexistem e se correlacionam no espaço geográfico: a região sempre se caracteriza por um recorte espacial, embora possa ter diferentes extensões. Assim, nossa leitura realiza um exercício que parte do território construído a partir da apropriação e transformação do espaço, pois esse processo traz consigo os arranjos territoriais, a formação das redes (urbanas, rurais, comunicação, transportes, comércio, poderes, identidades etc.) e das regionalizações, para só então entender o processo de desenvolvimento e debater novas formas e estratégias que possam ser utilizadas para modificar as condições de vida das pessoas, especialmente das mais vulneráveis.



Nesse contexto, entendemos o conceito de região a partir da perspectiva da geografia crítica trabalhada por Corrêa (1987), reconhecendo que este conceito é bastante complexo e possui diferentes compreensões redefinidas ao longo do tempo. Segundo o autor, a região é compreendida como um resultado do desenvolvimento desigual e combinado, inserida na divisão territorial do trabalho, tanto nacional como internacionalmente. Portanto, historicamente, ocorre a diferenciação de áreas no espaço geográfico que podem ser compreendidas por meio de uma abordagem territorial histórico-crítica – conforme argumentamos - e regionalizadas para fins de planejamento e desenvolvimento.

A regionalização envolve os aspectos naturais e construídos socialmente pelo homem resultantes da “[...] divisão internacional do trabalho, da propriedade da terra, dos meios e das técnicas de produção, das classes sociais e suas lutas” (CORRÊA, 1987, p. 43), ou seja, de um contexto temporal diverso e em movimento que gera diferenciações espaciais especialmente em virtude das disputas e dos conflitos territoriais que fazem parte do capitalismo. Esse processo pode ser explicado pelos movimentos migratórios e pela reterritorialização dos sujeitos que exprimem suas práticas culturais-religiosas e econômico-políticas que caracterizam a formação de certa região, constituindo um território produzido por sujeitos (indivíduos e famílias) que modificam a natureza em seu entorno a partir dos seus objetivos e das suas necessidades, das suas identidades e relações de poder, tornando-o uma área singular, que entendemos, neste caso, como uma região de reterritorialização. Também podemos explicar este processo a partir das regiões de planejamento definidas no âmbito das políticas públicas, resultando em áreas/regiões de intervenção governamental, ou ainda por iniciativas, também públicas, mas de construção popular, como acontece em alguns territórios e conselhos ou consórcios intermunicipais.

A complexidade do processo de regionalização do território se dá de acordo com a combinação de fatores, como a organização da sociedade em classes e no peso de suas lutas associadas ao desenvolvimento capitalista (CORRÊA, 1987). Uma vez que a produção capitalista avança na direção das regiões, observa-se o movimento de simultaneidades, diferenciações e integrações, formando diferentes redes, malhas e nós conectivos (CORRÊA, 1987; RAFFESTIN, 1993). Isso significa que os territórios são regionalizados e as regiões também têm significados territoriais.

Neste sentido, é importante destacar os mecanismos que caracterizam e diferenciam as regiões e o grau de desenvolvimento: I - divisão territorial do trabalho, que define onde e o que será produzido; II - os meios e as técnicas de produção; III - a ação do Estado e das políticas, e; IV - o grau de integração, conexão e eficiência dos meios de comunicação e transportes entre as regiões na ótica capitalista (CORRÊA, 1987). Para o autor, estes



mecanismos auxiliam na compreensão da existência de regiões que possuem diferentes desenvolvimentos, mas com conexões entre si; as regiões coexistem e se articulam, com diferentes graus de inserção na divisão internacional do trabalho e no estabelecimento de relações de produção.

A ação do Estado é um elemento fundamental para a conformação das regiões no tocante ao desenvolvimento social, econômico e cultural. Porém, como o Estado está intimamente articulado ao capital, é este último e seus detentores que controlam os diferentes mecanismos de regionalização, influenciando, normalmente, as políticas públicas, promovendo ou dissolvendo as redes de conexão e articulação entre os municípios que compõem uma região. Desse modo, a regionalização do território propõe uma compreensão da articulação e das relações existentes entre municípios, considerando os diferentes processos de atuação do Estado e das empresas (locais, regionais, nacionais e internacionais), o grau de interação entre ambos e as práticas cotidianas das populações em seus territórios de vida cotidiana.

Conforme Sposito e Dundes (2010), o território vai se metamorfoseando em regiões na medida em que os discursos de poder (e suas práticas) vão alcançando veracidade nas relações sociais e nas instituições de seu desenho, pois “[...] as diferenças estabelecidas pela cultura, economia, dinâmica populacional, paisagem e pelo processo histórico de ocupação dessa porção do Estado são frágeis” (p.118). E essas fragilidades são evidentes quando confrontamos a vida cotidiana das pessoas com as forças do Estado e dos grupos empresariais.

As relações de poder e as políticas de estímulo regionais ganham centralidade na medida em que a conexão dos municípios os incorpora nas redes de circulação e comunicação, constituindo complexas malhas e nós de controle público-privados. Aqui devemos destacar o grau de influência de determinadas classes e cidades na hierarquia social e urbana, definindo-se quais cidades são consideradas nós e quais apenas compõem a rede, com grau de influência menor. Esse grau de influência na hierarquia urbana entre as cidades é determinado pelo conjunto de elementos contidos no território, como por exemplo a oferta e serviços de saúde – especialidades médicas, exames e centros de atendimento; educação – número de universidades, escolas e centros de treinamento e especialização; assim como o potencial de circulação mercantil e a presença de indústrias.

Desse modo, novamente concordamos com Raffestin (1993) ao destacar, que na produção do território estão agindo de forma concomitante e sobreposta o Estado, as empresas (de diferentes tamanhos e alcance comercial) e os indivíduos, estabelecendo

relações de poder, controle e dominação. Conforme ilustrado no Quadro 1, podemos observar esse movimento denominado pelo autor de “sistema territorial”.

Ações sociais e territorialização	Território	Regionalização
Elementos do espaço		
Superfícies	Tessituras	Conforma a região
Pontos	Nós	Interligados entre diferentes municípios
Linhas	Redes	Conectam os sujeitos e municípios

Quadro 1 – Um sistema territorial hipotético regionalizado.

Fonte: Adaptado de Raffestin (1993). Elaboração de Pâmela Cichoski, 2021.

Nesse contexto de compreensão do processo de regionalização do território e do seu desenvolvimento, propomos-nos a olhar para esse movimento a partir da perspectiva decolonial, reafirmando nossa leitura de território e de região para além dos limites e fronteiras institucionalizadas pelo Estado, considerando as relações cotidianas de sujeitos sociais, suas relações locais, seus modos de vida, pertencimento, identidade, os sentimentos de solidariedade, confiança e proximidade.

Não se trata de fazer uma leitura ingênua, pois estamos considerando a existências de diferenças sociais, econômicas, culturais e políticas, conflitos e impactos de relações de poder. Com o objetivo de colaborar para o desenvolvimento territorial no âmbito regional, considerando-se a produção do conhecimento acadêmico-científico, trazemos como uma das opções a metodologia de Pesquisa-Ação-Participativa (IAP) (BORDA, 1978), pois esta tem se revelado fundamental na compreensão das singularidades territoriais em sua complexidade e multidimensionalidade.

A IAP passou a ser difundida em países da América Latina a partir da década de 1970 com a realização do Simpósio Internacional de Cartagena (1977), tendo como um dos principais criadores e difusores o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, que dedicou grande parte de sua vida ao exercício de repensar a história latino-americana. Essa metodologia tem em sua base o exercício contínuo de reflexão-ação, o trabalho coletivo e cooperado dos sujeitos, a interação homem-natureza, o reconhecimento de saberes populares, de cotidianidades, a necessidade de trabalhar com e para as pessoas (principalmente as que estão a margem da perspectiva hegemônica), através da utilização de



uma linguagem adequada e simples, estabelecendo-se relações horizontais Sujeito-Sujeito e a potencialização de recursos naturais e humanos voltados para o local.

É o movimento de pesquisa e ação participativa que busca transformações sociais, questionando o paradigma dominante moderno/colonial/eurocentrado de produção do conhecimento. Dentre os elementos que caracterizam essa metodologia, podemos destacar; I – o resgate histórico de formação dos lugares e de seus líderes populares; II – o compromisso social por parte dos pesquisadores; III – o estabelecimento de relações horizontais; IV – o diálogo constante com as bases populares e a tomada de decisão conjunta. A produção do conhecimento é realizada junto às pessoas que sentem, pensam e vivem o lugar (FALS BORDA, 1981, 2013 [2007]) e seus territórios de reprodução, resistência e luta popular.

Não podemos prescrever um passo a passo dessa metodologia, pois trata-se de uma proposta contra-hegemônica que objetiva manter flexível, pensada nos lugares e pelas pessoas. O que faremos é seguir orientações de Fals Borda e desenhar uma opção que possa auxiliar pesquisadores/as em suas caminhadas (Quadro 2), se estes assim o decidir. O primeiro elemento constitutivo da metodologia é o compromisso social por parte do/a pesquisador/a, que deve ter clareza de sua escolha científica e política. O segundo ponto é o exercício contínuo de reflexão-ação, tomando como ponto de partida à análise histórica dos lugares a partir dos sujeitos, suas histórias, seus líderes, suas lutas. O terceiro ponto é a devolução sistemática de conhecimentos produzidos, partindo de uma linguagem simples e acessível, prezando por uma comunicação respeitosa e dialógica. Já o quarto ponto é o diálogo de saberes entre sujeitos (sentipensantes), num ritmo de trabalho participativo, sem arrogância e com humildade, para a produção coletiva do conhecimento voltado para modificar condições de vida de pessoas, visando a transformação social inclusiva.

FASES DA PESQUISA REGIONAL	ATIVIDADES DA PEQUISA
Resgate histórico	- leituras e entrevistas com pessoas da região; - conhecer os grupos locais; - consulta documental (sindicatos, igrejas e centros educacionais e prefeituras municipais);
Formação de grupos chaves	- conhecer e conversar com os grupos sociais, identificando as classes sociais e estabelecendo relações de proximidade; - entender as relações políticas, as lutas e resistências;
Entender a natureza das lutas	- conhecer a história da região, as lutas a partir do ponto de vista dos sujeitos envolvidos na pesquisa; os conflitos e disputas territoriais, os grupos hegemônicos, suas apropriações e mecanismos de dominação regional etc.



Entender as políticas de desenvolvimento socioeconômico	- buscar perceber o alcance das políticas contidas na região; - como foram estabelecidas, quais os impactos temporais, espaciais e ambientais;
Características étnico-culturais da região	- entender os elementos culturais e identitários que influenciam as lutas populares, bem como possibilidades de preservação e valorização da cultura regional.

Quadro 2 – Uma opção de utilização da IAP voltada para o desenvolvimento regional.

Fonte: Bonilla, Fals Borda, Castillo e Libreros, (1972). Elaboração: Pamela Cichoski, 2021.

Conforme descrito no Quadro 2, apresentamos algumas opções de utilização da Pesquisa-Ação-Participativa, considerando a abertura para a escolha de diferentes instrumentos para a viabilização da mesma, cabendo ao pesquisador escolher junto ao grupo estudado o caminho a ser seguido. Queremos dessa forma, abrir espaços de discussão e reflexão sobre práticas participativas que venham ao encontro da transformação social, que considere saberes e conhecimentos das pessoas, seus modos de vida, que possam contribuir para novas formas de produção ou de reconhecimento do conhecimento e contribuam para o desenvolvimento regional.

Entendemos a Pesquisa-Ação-Participativa como uma proposta contra-hegemônica de fazer pesquisa, uma metodologia popular que parte da interação Sujeito-Sujeito e da relação Humanidade-Natureza com respeito, humildade e compromisso, num ritmo de pesquisa-reflexão-ação, que nos permite compreender potencialidades e identidades presentes em cada território, possibilitando construções coletivas de conhecimentos associadas aos sistemas territoriais.

Assim abre-se espaço para propostas de desenvolvimento regional de base territorial, construídas de “baixo para cima”, pensadas e organizadas pelas pessoas que estão a margem das relações hegemônicas do sistema-mundo moderno/colonial. Queremos, dessa forma, chamar a atenção para outras e distintas leituras do território, da região e do desenvolvimento, considerando as pessoas, os movimentos coletivos, as identidades e os sistemas territoriais que configuram as relações sociedade-natureza, a partir de uma perspectiva popular e decolonial. Assim sendo, em busca de possibilidades outras para a abordagem de desenvolvimento regional, que considerem a dimensão territorial e a práxis participativa-reflexiva, partindo de uma análise histórica do processo de desenvolvimento na América Latina e no Brasil, propomos pensar o tema sob a perspectiva decolonial.

A perspectiva decolonial emerge como uma resposta às falácias da narrativa da modernidade para populações colonializadas e é autônoma no sentido de que, não desconsiderando a narrativa eurocentrada moderna, desprende-se da matriz de poder colonial, em busca de um pensamento que, por isso mesmo, é de fronteira. “Tornamo-nos epistemologicamente desobedientes, pensamos e fazemos descolonialmente, habitando e



pensando nas fronteiras e as histórias locais, confrontando-nos aos projetos globais” (MIGNOLO, 2017, p. 21).

Grosfoguel (2008) entende que a superação dos projetos desenvolvimentistas obsoletos, nos quais os países periféricos têm acreditado e investido, extrapola o plano do Estado-nação, sendo necessárias soluções descoloniais de âmbito global, com incorporação dos saberes subalternos na produção do conhecimento, lugares de fala e sujeitos outros. O autor propõe: I - o pensamento de fronteira, como resposta crítica aos fundamentalismos hegemônicos ou marginais que assentam na crença de um único caminho epistêmico para a verdade e a universalidade; II - a socialização do poder que favorecesse formas coletivas de autoridade pública, abertas à diversidade e ao subalterno, anticapitalista, antipatriarcal, anti-imperialista e contrária à colonialidade do poder, e; III - a transmodernidade, que se vale da multiplicidade de respostas críticas descoloniais, advindas dos mais diversos lugares e culturas epistêmicas subalternas para enfrentar a modernidade eurocentrada que se impõe ao resto do mundo².

A perspectiva decolonial, por suas origens, seus lugares, suas histórias, suas experiências e suas epistemologias emergidas a partir da colonização e da colonialidade, se mostra como uma via de possibilidades outras ao modelo de desenvolvimento moderno/colonial (im)posto aos países, ditos, de Terceiro Mundo. É preciso transcender modelos que mesmo mostrando sinais de esgotamento, continuam determinando políticas e ações de desenvolvimento. Por outro lado, também não cumpriram promessas de acesso e distribuição equitativa de seus “benefícios”. Cabe a nós pesquisadores e pesquisadoras da periferia³ potencializarmos forças, capacidades e conhecimentos silenciados, para se colocar de forma contra-hegemônica diante de imposições moderno-coloniais. A metodologia IAP demonstra ser uma ferramenta muito viável e adequada neste sentido, especialmente pelo seu viés participativo.

Considerações finais

Buscamos desenvolver uma discussão acerca do desenvolvimento regional, a partir da perspectiva decolonial, descrevendo uma trajetória histórica desde o período colonial latino-americano e as ideias de progresso surgidas nos séculos seguintes. As narrativas

² Diversidade do poder, ver Quijano, Aníbal (2000), “Coloniality of Power, Ethnocentrism, and Latin America”, *NEPANTLA*, 1(3), 533-580; e Transmodernidade, ver Dussel, Enrique (2001), *Hacia una Filosofía Política Crítica*. Bilbao, España: Desclée de Brouwer.

³ Em relação a conhecimentos periféricos e conhecimentos da periferia ler mais em: KREIMER, P. Cap 5 - Ciencia y periferia. In: *El científico es también un ser humano*. Buenos Aires: Siglo XXI. 2009; e MAZZETTI et al. *Relação centro x periferia: a universidade em debate*. Educ. rev. vol.35 Belo Horizonte 2019 Epub Nov 25, 2019



históricas moderno-coloniais têm, ao longo do tempo, conseguido manter a racionalidade hegemônica que confunde, ou limita, o desenvolvimento apenas, ou principalmente, ao seu aspecto econômico.

Diversos autores têm se debruçado sobre o tema, em especial desde o século XX e início do XXI, com diversas abordagens e teorizações. De forma mais abrangente, estes autores mantêm uma discussão bastante atrelada à racionalidade moderno-colonial. Porém, não obstante alguns já comecem a chamar a atenção para a necessidade de se ampliar o campo de estudos do desenvolvimento para além do econômico, é mais ao final do século passado que começaram a surgir intelectuais, em boa parte oriundos de países periféricos, que asseveram a falência deste modelo. Estes intelectuais defendem que os conhecimentos periféricos/subalternos tenham voz e vez, por entenderem que podem contribuir para um desenvolvimento cuja efetividade esteja mais próxima do que este termo deve de fato significar, abrangendo, além do econômico, aspectos sociais, culturais, ambientais. O que se defende é a descolonização do poder hegemônico, centralizado nos países do Primeiro Mundo, de modo a dar abertura e participação equitativa e global a todos os povos.

A perspectiva decolonial denuncia a colonialidade do poder (Quijano, 2005), propondo novas formas de pensar e fazer, a partir de críticas propositivas. Trata-se de desprender-se da matriz de poder imposta, reconceituando a modernidade, superando a dependência e os modelos de desenvolvimento obsoletos e formatados pela racionalidade hegemônica. Neste sentido, o pensamento de fronteira, a socialização do poder e a transmodernidade são vias possíveis para novas possibilidades de desenvolvimento regional para a América Latina e a metodologia IAP pode ser uma ferramenta viável e com plenas condições de contribuição para se alcançar tal intento.

Com base nas reflexões expostas, cabe questionar que tipo de desenvolvimento queremos? Faz-se necessário e urgente uma ampliação da crítica ao modelo de desenvolvimento moderno/colonial, sob pena de alcançarmos níveis de degradação ambiental e humana irreparáveis. A crítica decolonial e o pensamento fronteiro são alternativas ao modelo (im)posto, para aprofundarmos inclusões, democracias, inviabilizados.



Referências

- ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BONILLA, Víctor D., CASTILLO, Gonzalo, FALS BORDA, Orlando e LIBREROS, Augusto. **Causa Popular, Ciencia Popular, una metodología del conocimiento científico a través de la acción**. Bogotá: Publicaciones de la Rosca, 1972.
- BRITO, Vivian; BUTZKE, Luciana; THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimento regional e pensamento social latino-americano. **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul** v. 2, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/aeces/issue/view/52>. Acesso em: 16 abr 2021.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del desarrollo**. 2da. Edición -- Popayán: Universidad del Cauca, 2014.
- _____. Worlds and knowledges otherwise: the Latin American modernity/coloniality research program. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 179-210, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. SP: Ática, 1987.
- FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. **Simposio Mundial de Cartagena**, vol. 1, Bogotá, Punta de Lanza – Universidad de Los Andes, 1978, p. 209-249.
- _____. La ciencia y el pueblo. In: GROSSI, F. V.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. De (Org.). **Investigación participativa y praxis rural**. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.
- _____. Hacia el socialismo raizal y otros escritos. In: Orlando Fals Borda – **Socialismo raizal y el ordenamiento territorial**. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013 [2007]. p. 35-136.
- GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Em: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, Março, 2008: 115-147.
- HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2005.
- HUNT, Lynn; APPLEBY, Joyce; JACOB, Margaret. **Telling the truth about history**. New York: WW Norton, 1995.
- MIGNOLO, Walter. DESAFIOS DECOLONIAIS HOJE. Em: **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, 1 (1), PP. 12-32, 2017.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana - **GEOgrafia** - AnoVIII - N. 16 – 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13521>. Acesso em: 09 abr 2021.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro de 2005.
- _____. “Bien Vivir”; Entre el “desarrollo” y la Des/Colonialidad del Poder. Quito. **Ecuador Debate**, n. 84, pp. 77-87, 2011.
- RADOMSKY, G.F.W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2011, vol.26, n.75, pp.149-162.



RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. SP: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos e SPOSITO, Eliseu. S. (org.). **Territórios e Territorialidades, teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. SP: Expressão Popular, 2007.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

_____. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

THEIS, I. M.; GALVÃO, A.C.F. A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS e as Concepções de Espaço, Território e região. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, 2 (2), P. 59-105, 2012.